

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

## Ata da 4ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Saneamento (CT-SA) e Indústria (CT-Ind), Saúde Ambiental (CT-SAM) e Outorgas e Licenças (CT-OL) realizada em Campinas/SP, em 12/06/2019

Relação dos membros presentes	
Entidade	Nome
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
DAEE	Cid Augusto Granado Soares
ASSEMAE	Fernando Ribeiro Rossillo
Oju Papéis	João Luis Duarte
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
DAE Jundiá	Paola Renata Castlello
GAEMA PCJ	Rodrigo Sanches Garcia
ArcelorMittal	Thais Soares Campos
	<b>Thiago Luis Venturi</b>
Hexis Científica	Fabio Fontana Rogério
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
DAEE	Isis da Silva Franco
SANASA	Luís Filipe Rodrigues
DAE Jundiá	Maria das Graças Martini
DAEE	Sebastião Vanier Bosquilia
SAAE Atibaia	Thaís Martins
P.M. de Louveira	Victor Marinheiro
DAEE	Ariana Rosa Bueno Domiano
BRK Ambiental Rio Claro	Fábio Antonio Onjua
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra
SINDAREIA	José Edvaldo Tietz
Cia. De Saneamento de Jundiá	Luiz Pannuti Carra
DAE Jundiá	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões
SANASA	Renato Garofalo
ASSEMAE	Rodrigo Hajjar Francisco
DAEE	Marco Antonio Garcia de Almeida
VISA - Rio Claro	Katia Curado Nolasco
VISA - Rio Claro	Kátia Maria Sampaio Cezarino
CETESB	Lívia Fernanda Agujaro
VISA - Rio Claro	Mariane Martins Rodrigues
Mackenzie	Rosani Franco de Faria Novaes

Demais Presentes	
Entidade	Nome
DAAE Rio Claro	Ricardo Pires de Oliveira
P.M. de Rio Claro	Miguel M. Meilinski
Agência PCJ	Eduardo Cuoco Léo
Agência PCJ/FCTH	Ariane Doria de Santi
Agência PCJ/FCTH	Diogo Bernardo Pedrozo
Agência PCJ	Elaine Franco de Campos
DAE Jundiá	Rosemeire A. Moreira
SANASA	Tarciani B. B. Santos
CRHI/SE-PCJ	André Luiz Sanches Navaro

Profill/RHAMA	Sidney Gusmão Agra
Agência PCJ	Patrícia G.A. Barufaldi
Osman Fernandes da Silva	ANA
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
P.M. de Americana	Rafael Macris
P.M. de Americana	William da Cruz Felicio
Agência PCJ/FCTH	Mayara Sakamoto Lopes

**1. Abertura:** Aos doze dias do mês de junho de 2019, nas dependências da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Campinas/SP, realizou-se a 5ª Reunião Conjunta CT-MH, CT-Indústria, CT-SA para o Caderno Temático “Garantia de Suprimento Hídrico” (GSH). O Sr. André Navarro iniciou o encontro agradecendo a presença de todos e passou a palavra ao Sr. Gilson Camargo (Mackenzie) que deu as boas-vindas aos membros. Passada a palavra ao Sr. Eduardo Léo o mesmo agradeceu a presença de todos, retomando os passos do processo de revisão do PBH PCJ 2010-2020 e a importância da participação dos Comitês PCJ e colaboração de todos na construção deste instrumento. O Sr. Francisco Lahoz comunicou que o vereador de Americana gostaria de fazer uma pequena fala sobre uma moção que está solicitando inclusão de conteúdo no Plano. Acordou-se que ao final da fala do Sr. Sidnei Agra a palavra seria passada ao referido vereador para sua colocação. S

**2. Apresentação ECA:** O Sr. Sidnei Agra (Consórcio Profill-Rhama) iniciou a apresentação dos resultados para o caderno ECA, ressaltando que esta corresponde a revisão 03 do documento. Apresentou o cronograma planejado para a conclusão dos trabalhos, reforçando as datas do Intercâmaras e consultas Públicas. Comentou que o P3 é um documento mais sintético, que resume os resultados do P2 e apresenta as ações a serem desenvolvidas para cada temática e alcance dos objetivos e metas. Comentou também sobre as principais demandas dos pareceres emitidos tanto pelo GT Acompanhamento como grupo executivo e o atendimento deste. Iniciando a apresentação em si, expôs os novos conteúdos do documento, solicitados no parecer, como o mapa de usos preponderantes na bacia, capítulo dedicado a PCH de Salto



**Ata da 4ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Saneamento (CT-SA) e Indústria (CT-Ind), Saúde Ambiental (CT-SAM) e Outorgas e Licenças (CT-OL) realizada em Campinas/SP, em 12/06/2019**

Grande e a problemática da qualidade da água do reservatório, simulações do enquadramento com vazão de referência Q95% e série histórica (mesma série da Etapa 1 – Pré Cantareira). Expôs na sequência o detalhamento dos cenários simulados e os resultados das simulações de enquadramento por parâmetro. Na apresentação de atendimento ao enquadramento com série histórica demonstrou que nos gráficos sobrepondo todos os parâmetros atende-se o enquadramento em apenas 9% do tempo. Ressaltou que no cenário teto, com eficiências elevadas o percentual de atendimento ao enquadramento no tempo é maior, o que demonstra a importância de adoção de sistemas de tratamento de esgoto de alta eficiência na remoção de cargas, na região. Frente aos resultados apresentados, ressaltou que deve-se ter um indicativo de por onde começar a implantação dos tratamentos de alta eficiência. Neste sentido, expôs os locais prioritários para implantação de tratamento terciários e os seis critérios que estão sendo propostos para ranqueamento dos municípios para remoção de N e P e coliformes. Ressaltou que no P2 os critérios não são detalhados, que são conteúdos constantes do próximo produto (P3). Apresentou, enfim, as tecnologias existentes para o tratamento avançado necessário na região e os custos por tipologia. Aberto para discussão a primeira fala foi do Dr. Rodrigo (MP) que sugeriu que as informações sobre as ETEs de Atibaia e Sumaré sejam verificadas, haja visto que informações recentes provenientes destes municípios indicam que algumas ETEs estarão em operação em 2020. A Sra. Lívia (Cetesb), colocou a preocupação de ainda se ter rios Classe 4, como o Ribeirão Anhumas, na bacia e o cuidado com os mesmos. Expôs que o Ptotal traz algumas lições em relação as cargas difusas e algumas reflexões a se pensar como uma forma preventiva da poluição difusa. Colocou a dificuldade de atender os níveis da norma, muito restritivo, principalmente em áreas densamente antropizadas e que se deve trabalhar com ações preventivas que fogem

das ações usuais da rotina da gestão dos recursos hídricos. O Sr. Sidnei colocou que para a questão do fósforo foi replicada a metodologia utilizada pela Cetesb para o caso do Rio Jaguari e que foi verificado uma situação crítica na região do Capivari também. Sr. Roberto Polga questionou como se pretende trabalhar com ações de aprimoramento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Sr. Sidnei comentou que a Agência está preparando uma consultoria jurídica sobre algumas questões do enquadramento e como podem ser trabalhadas no nível do PBH. O Sr. Rafael Macris (vereador de Americana) agradeceu a inclusão do capítulo de Salto Grande e comentou sobre o trabalho que tem desenvolvido no município sobre a recuperação da represa, com uma moção de apelo para que seja incluído um texto específico sobre a necessidade de tratamento terciário nos municípios a montante da represa no capítulo de Salto Grande para que no futuro isto possa apoiar a elaboração e aprovação de uma lei municipal. Sr. Paulo Tinel colocou que a Sanasa tem empenhado esforço para recuperação da qualidade do Ribeirão Anhumas, o que pode contribuir com a qualidade da água da represa de Salto Grande. Sr. Miguel Milinski colocou que sentiu falta na proposição preliminar de ações um estímulo as prefeituras na implementação das ações, pois, as ações acontecem de fato em nível municipal. Sr. Ricardo (DAE Rio Claro), comentou que não foi citado entre os sistemas de tratamento o tratamento NEREDA utilizado no município e que este tem boa eficiência e poderia ser incluído. Colocou ainda a questão da proposta de reenquadramento do córrego da servidão de classe 4 para 2, citando o trabalho da Sra. Lúcia Vidor. Comentou que para o ribeirão claro o plano está propondo um reenquadramento que vai na contramão do que se tem feito no município para recuperação da qualidade das águas, solicitando verificação. Sr. Sidnei solicitou ao Sr. Ricardo que encaminhe a lista da demanda que farão a verificação nas análises. Sr. Alexandre Vilella colocou que entende que a pausa nos trabalhos



**Ata da 4ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Saneamento (CT-SA) e Indústria (CT-Ind), Saúde Ambiental (CT-SAM) e Outorgas e Licenças (CT-OL) realizada em Campinas/SP, em 12/06/2019**

140 com discussão foi positiva para o andamento e  
análise dos documentos. Como primeiro ponto  
comentou dos estudos realizadas pela Cetesb  
para a questão das cargas difusas na bacia do  
145 Jaguari e Atibaia. Colocou que está claro que  
os trechos do final da bacia precisam de  
atenção para o tratamento terciário. Colocou o  
cuidado de associar a solução da poluição  
difusa com ações de carga pontual. Ressaltou  
que uma coisa é o plano apontar o terciário  
150 para ser prioritário em investimentos dos  
recursos da cobrança, outra é o plano dar  
diretrizes aos órgãos de comando e controle  
em exigir que as ações sejam implementadas.  
Expôs a grande necessidade de definir uma  
155 estratégia de apresentar os próximos produtos  
de modo que ao final estes possam orientar os  
municípios, os tomadores de decisões, com  
uma linguagem fácil e sintética. Em resposta  
aos comentários, o Sr, Sidnei respondeu ao Sr.  
160 Miguel que as ações estarão detalhadas por  
municípios, orientando os mesmos e que a  
agência intermedia a aproximação com os  
municípios, através das deliberações de pleito  
de recursos, como feito na Etapa 1. Sobre a  
165 fala do Sr. Alexandre, esclareceu que a  
previsão é que os próximos produtos sejam  
mais sucintos, com linguagem acessível.  
Sobre a questão da carga difusa, colocou que é  
o grande desafio e que se tem acompanhado os  
170 estudos em condução na bacia, para pensar em  
estratégias de solução para esta questão, no  
âmbito do Plano. O Sr. Eduardo Léo fez um  
breve esclarecimento de que o P3 deverá ter  
um background dos relatórios técnicos, mas,  
175 trará indicações de onde e quando as ações  
deverão ser implementadas, com diretrizes  
para os órgãos gestores. Sr. Francisco Lahóz  
comentou sua satisfação em a empresa ter  
ouvido a Agência e o Comitê e ter incorporado  
180 as demandas no produto. Citou também, em  
apoio a fala do Sr. Miguel e Alexandre, a  
preocupação em como atingir os tomadores de  
decisão em nível municipal sobre o andamento  
dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos,  
185 buscando estimulá-los a participar. Comentou  
que no entendimento do mesmo cada um dos  
membros dos Comitês tem a missão de prestar

esclarecimentos, informes sobre o que está  
sendo desenvolvido no PBH. Sr. Osman  
190 (ANA) comentou que o P2 tem muitas  
análises, com quantidade enorme de  
informação e a preocupação em o que se fazer  
com todo esse conteúdo, para que não ocorra a  
mesma situação do que plano anterior, que  
195 teve grandes dificuldades de implementação.  
Expôs que o maior desafio da bacia envolve a  
pactuações políticas, para colocar em prática o  
que está sendo proposto. Comentou que a  
discussão do tratamento terciário deixa de ser  
200 um dilema quando se define prioridades de  
locais, há locais que necessitam de terciário,  
mas, há outros em que o secundário é  
suficiente. Colocou que as Câmaras Técnicas  
devem se apropriar deste trabalho e das ações  
205 que estão sendo propostas, para serem  
defensíveis. Expôs sua preocupação em como  
abordar o contexto macro da bacia sem perder  
o detalhamento das especificidades de cada  
local. O Sr. Sidnei em concordância com a fala  
210 do Sr. Osman expôs que de fato trabalhar o  
macro sem perder o detalhamento dos locais é  
um grande desafio, bem como a estratégia de  
como apontar as prioridades. O Sr. Michele  
questionou quais serão as fontes de  
215 financiamento dessas ações. Sr. Sidnei  
esclareceu que existem duas frentes de  
orçamento, executivo e estratégico,  
apresentada na Etapa 1 e que algumas ações  
poderão ser implementadas com recursos da  
220 Cobrança e outros com outras fontes de  
recursos. Sr. Rodrigo (MP) em  
complementação da fala do Sr. Osman e  
Alexandre, comentou sobre o pedido feito à  
Cetesb para reavaliar os tratamentos dos  
225 municípios de alguns municípios, como  
Atibaia por exemplo, para tratamento terciário  
e que foi definido que as exigências de  
terciário seriam avaliadas caso a caso.  
Colocou, nesta perspectiva, que se o  
230 tratamento terciário não for apresentado no  
Plano como algo mandatário a implementação  
não será efetiva. Sr. Sidnei citou que na  
próxima etapa a priorização que será  
apresentada buscará suprir esta lacuna, de  
235 onde e quem deve começar com a



**Ata da 4ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Saneamento (CT-SA) e Indústria (CT-Ind), Saúde Ambiental (CT-SAM) e Outorgas e Licenças (CT-OL) realizada em Campinas/SP, em 12/06/2019**

240 implementação do terciário, ressaltando que os  
momentos de intercâmaras e consultas  
públicas são a oportunidade de desenhar a  
melhor estratégia para garantir que as ações  
sejam implementadas. Sr. André Navarro  
245 encerrou as contribuições da primeira  
apresentação e informou ao vereador Rafael  
que já foi apresentado ofício para a Secretaria  
Executiva dos Comitês PCJ sobre a moção de  
245 apelo.

**4. Encerramento:** O Sr. Moretti (Secretário  
Executivo dos Comitês PCJ) agradeceu a  
presença de todos e reforçou a importância de  
que todos os coordenadores de CTs estivessem  
250 presentes na reunião, haja visto a  
transversalidade dos temas. O mesmo fez  
ainda uma breve colocação frente as falas dos

membros no decorrer do encontro, reforçando  
que o membro que representa o município é  
255 quem deve levar para o governo municipal as  
discussões e decisões tomadas no contexto dos  
Comitês PCJ. Ressaltou o nível de  
qualificação das pessoas envolvidas nas  
discussões do PBH, em especial as abordagens  
260 do Ptotal. Estimulou uma reflexão aos  
membros presentes sobre a capacidade do  
Comitê em discutir critérios de priorização e  
de colocar em prática a priorização proposta,  
através de investimentos com recursos da  
265 cobrança. Encerrou, enfim, expondo a  
expectativa de que o PBH em construção seja  
de fato implementado. Agradeceu a presença  
de todos e deu por encerrada a reunião.

**Alexandre Luis Almeida Vilella**  
Coordenador da CT-MH

**Jorge Mercanti**  
Coordenador da CT-Indústria

**Maria Ap. C. Medeiros**  
Coordenadora da CT-SA

**Adriana Fabiana Corrêa**  
Coordenadora da CT-SAM

**Cecília de Barros Aranha**  
Coordenadora da CT-OL